

Práticas Educativas Parentais: Correlações e Associações com as Capacidades e Dificuldades na Infância

Suelen Lorena Schapuis¹ e Caroline Guisantes de Salvo Toni²

UNICENTRO, Irati, Paraná, Brasil

Resumo: O presente trabalho teve por objetivo avaliar se as práticas educativas parentais, formadoras dos Estilos Parentais, podem ser preditoras de desenvolvimento de capacidades e dificuldades em crianças. Entender os possíveis preditores de desenvolvimento de capacidade e dificuldades na infância se faz importante ao ponto de que, quando identificados, é possível elaborar estratégias de prevenção quanto a essas problemáticas. As participantes foram 111 mães de crianças entre 7 e 11 anos de idade. Para a coleta de dados, foram utilizados os instrumentos Inventário de Estilos Parentais (IEP) e o *Strengths and Difficulties Questionnaire* (SDQ). Em decorrência do necessário distanciamento social causado pela pandemia do Covid-19, a coleta de dados foi realizada de forma *on-line*, sendo os instrumentos disponibilizados pela plataforma Google Forms. A análise dos dados ocorreu de forma qualitativa (rever se qualitativa ou quantitativa) por meio do programa SPSS 18.0 for Windows, para fins de avaliação de significâncias inferenciais. Os resultados apontaram que as práticas educativas parentais podem ser preditoras de capacidades e dificuldades na infância, associando principalmente a punição inconsistente, a disciplina relaxada e o abuso físico estão ligados a um aumento das dificuldades. Verificar se as associações se referem tanto a capacidades quanto a dificuldades ou somente a uma delas.

Palavras-chave: estilos parentais, capacidades, dificuldades, desenvolvimento infantil, práticas educativas, preditor

Parenting Educational Practices: Correlations and Associations with the Capacity Difficulties in Childhood

Abstract: The present work aimed evaluate if parenting practices, Parenting Style trainers, can be predictors of capacity development and difficulties in children. Understanding the possible predictors of capacity development and childhood difficulties becomes important to the point when they's identified, it's possible to develop prevention strategies regarding these problems. The participants were 111 children's mothers between 7 and 11 years old. For data collection , the Parenting Styles Inventory (IEP) and the Strengths and Difficulties Questionnaire (SDQ) were used. As a result of the necessary social distancing caused by the Covid-19 pandemic, data collection was performed on-line, with the instruments made available by the Google Forms platform. The data analysis took place qualitatively through the SPSS 18.0 for Windows program, for the purpose of evaluating inferential significance. The results showed that parenting practices can be predictors of capacity and difficulties in childhood, mainly associating inconsistent punishment, relaxed discipline and physical abuse, are linked to an increase in difficulties.

Keywords: parenting style, capacity, difficulties, child development, parenting educational practices, predictors.

¹ Graduanda de Psicologia pela UNICENTRO. *E-mail:* suelenloschapuis@gmail.com

² Doutora em Psicologia Clínica pela USP. Professora da UNICENTRO. *E-mail:* carolinegs@unicentro.br
Submetido em: 28/06/2022. Primeira decisão editorial: 19/09/2022. Aceito em: 17/10/2022.

Introdução

A literatura (Lourenço et al., 2020; Papalia et al., 2013) descreve que o desenvolvimento infantil é influenciado por diversos fatores, entre eles os aspectos fisiológicos, sociais, culturais, familiares, escolares, relação com os pares, entre outros. São três os níveis de seleção agindo sobre o desenvolvimento: filogenético, ontogenético e cultural. Partindo desses três níveis de seleção, e na constante interação com o ambiente em que a criança está inserida, é que serão selecionados os comportamentos que formam o repertório comportamental da criança, ou seja, suas atitudes, reações, emoções e sentimentos (Weber, 2007).

Dentro desse contexto é que se compreende que os cuidados recebidos ao longo da infância são importantes para o desenvolvimento emocional, cognitivo e social da criança (Lourenço et al., 2020), podendo estes se configurar como fatores de proteção ou de risco. Fatores de proteção são definidos como aspectos presentes na vida do indivíduo que auxiliam na modificação ou alteração da resposta individual frente a situações e ambientes que apresentam riscos (Rutter, 1985 apud Maia & Williams, 2005). Pensando nos fatores de proteção na infância, estes diminuem o risco do surgimento de possíveis transtornos e problemas mentais, comportamentais e emocionais (Assumpção & Coêlho, 2014). Os fatores protetivos podem ser observados em três principais categorias: nos atributos disposicionais da criança, como autoestima, autonomia, preferências; nas características da família, como afetividade e coesão; nas fontes de apoio individual e institucional que a criança tem acesso, como relacionamento com pares, suporte cultural, médico e psicológico e instituições religiosas (Garmezy, 1985 apud Maia & Williams, 2005). Segundo Sapienza e Pedromônico (2005), os aspectos protetivos favorecem o desenvolvimento e previnem problemas de comportamento. Além disso, é importante identificar como e em que fase do desenvolvimento esses mecanismos de proteção estão atuando.

Os fatores de risco, segundo Reppold et al. (2002), são condições ou variáveis que podem gerar resultados negativos e indesejáveis na vida da criança, além de comportamentos que prejudicam a saúde, o bem-estar e o desempenho social. Com isso, podem gerar maior probabilidade do surgimento

de problemas de saúde mental na infância, como transtornos comportamentais e emocionais, que estão ligados a futuros transtornos na vida adulta (Ferriolli et al., 2007). Além disso, podem influenciar o aumento na probabilidade de desfechos negativos ao desenvolvimento, como os comportamentos antissociais. Dessa forma, esses fatores podem ser de ordem cognitiva, biológica ou sensorial (Sapienza & Pedromônico, 2005). Ainda, pesquisas que se propõem a realizar uma revisão bibliográfica na área (Maia & Williams, 2005; Sapienza & Pedromônico, 2005) demonstraram que os fatores de riscos se apresentam em situações estressoras, maus-tratos, abuso, negligência, violência intrafamiliar, violência física, psicológica, exposição à violência conjugal e violência sexual, práticas educativas parentais, falta de vínculo nos primeiros anos, má-formação ou distúrbios, desvantagens socioeconômicas, pais com desordem afetiva etc. Em geral, é a combinação de diversas situações de risco, não um fator isolado, que leva a desfechos negativos e problemas de comportamento.

Observando-se especificamente a criança, segundo Ignachewsk et al. (2019), as capacidades infantis estão ligadas a fatores de proteção na infância, enquanto as dificuldades se relacionam aos fatores de risco. Além disso, os comportamentos sociais podem ser positivos, manifestando sob a forma de comportamentos pró-sociais, ou negativos, apresentando-se como comportamentos antissociais (Saud & Tonelotto, 2005). Nesse contexto, as dificuldades podem estar ligadas a problemas de comportamentos internalizantes e externalizantes, como sintomas de hiperatividade, distração, inquietação e impulsividade; sintomas emocionais, como ansiedade, características depressivas e preocupações e medos excessivos; problemas de comportamento relacionados à irritabilidade, à agressividade, ao temperamento explosivo e aos comportamentos antissociais, como mentira e abuso de substâncias; e problemas sociais, caracterizados por dificuldades em relacionamentos (Moura, 2020). Ainda, as dificuldades podem estar relacionadas a déficit em habilidades de regular o afeto e o comportamento em geral, o que aumenta a probabilidade de baixa autoestima,

transtornos alimentares, problemas de apego, baixa simpatia e empatia, pensamentos suicidas, baixo rendimento acadêmico, queixas somáticas; sentir-se desvalorizada, quadros de dissociação, comportamentos regressivos e autolesivos (Maia & Williams, 2005; Moura, 2020; Sabbag, 2017).

As capacidades infantis, por sua vez, estão ligadas aos comportamentos pró-sociais, que se referem a ações que têm como objetivo ajudar, cooperar e compartilhar (Ignachewski et al., 2019). Esses são uma classe de comportamento complexo, que requerem percepção, perspectivas e raciocínio para compreender as situações e necessidades do outro (Hoffman, 2010). Ainda, as capacidades se relacionam ao desenvolvimento de desempenho social mais adaptado, autonomia, boa autoestima, senso de autoeficácia e autocompetência, comportamentos de saúde, bom relacionamento com pares, realizações acadêmicas, participação em atividades, habilidades em resolução de problemas e solicitar ajuda quando necessário, crenças positivas que influenciam o ambiente e resiliência (Maia & Williams, 2005). Assim, segundo Ignachewski et al. (2019), as capacidades são importantes para o bem-estar geral da criança, aumentando sua autoestima e seu grupo de amigos, além de ser um benefício a longo prazo, evitando problemas de saúde mental, baixo rendimento acadêmico e problemas sociais.

Partindo do pressuposto de que o contexto primário do desenvolvimento da criança é a família, entende-se que os pais e cuidadores são o modelo inicial, bem como observa-se a grande influência da família ao longo do desenvolvimento infantil (Batista, 2013; Lourenço et al., 2020; Papalia et al., 2013; Prust & Gomide, 2007; Sampaio & Gomide, 2007; Toni & Hacaveí, 2014). Segundo Prust e Gomide (2007), a maioria dos repertórios comportamentais básicos das crianças são adquiridos em suas relações familiares, sendo os pais e cuidadores considerados o primeiro e maior contexto reforçador e modelador para as crianças.

A tarefa de educar pode trazer diferentes desafios, podendo colocar em risco o desenvolvimento infantil (Patias et al., 2013). Nesse sentido, destaca-se o campo de estudo dos Estilos

Parentais, o qual pode ser compreendido como o conjunto de atitudes que envolve a construção de um clima emocional que impacta a educação da criança, não restrito apenas às atitudes dos pais, mas fazendo uma análise de todo o contexto (Batista, 2013). Diversos estudos (Gomide et al. 2005; Gomide, 2006; Prust & Gomide, 2007; Sampaio & Gomide, 2007; Toni & Silvares, 2013; Toni & Hacaveí, 2014) têm relacionado os diferentes estilos parentais a variáveis comportamentais da criança.

Segundo Gomide (2006), as práticas educativas parentais são as estratégias específicas que os pais utilizam para educar a criança em diferentes contextos. Assim, esse conjunto adotado pelos pais formam os estilos parentais, que poderão ser positivos ou negativos. As práticas positivas são representadas pela monitoria positiva e comportamento moral; já as práticas negativas são a negligência, punição inconsistente, monitoria negativa, disciplina relaxada e abuso físico.

Gomide et al. (2005) e Gomide (2006) definem as principais características de cada uma dessas práticas. A monitoria positiva é caracterizada pelo interesse dos pais em atenção e conhecimento acerca da vida dos filhos, acompanhada de demonstrações de afeto, fundamentada no amor e apoio, que vão criar um ambiente que afaste a fiscalização estressante, bem como que contribua para o desenvolvimento e uma boa comunicação. O comportamento moral está ligado a como os pais, de forma afetiva, passam para as crianças seus valores, ensinando a discriminação do certo e do errado, desenvolvendo na criança valores como justiça, honestidade, empatia, generosidade e compaixão.

Por outro lado, as práticas educativas negativas, como a negligência, são marcadas pela falta de interesse, afetividade, auxílio e ausência de responsabilidade por parte dos pais, podendo desenvolver na criança sentimentos como vulnerabilidade, insegurança, hostilidade e agressão em seus relacionamentos sociais. A punição inconsistente é quando a relação é mediada pelo humor dos pais em determinados momentos, sendo a punição associada ao estado de humor dos pais e não ao comportamento da criança, conseqüentemente, não mostra à criança se seu

comportamento foi adequado ou inadequado, mas ensina apenas a discriminar o humor e pode levar a um sentimento de rejeição e baixa autoestima. A monitoria negativa caracteriza-se por produzir um ambiente familiar estressante e hostil, devido ao fato de estar em contato com instruções repetitivas e uma fiscalização estressante; essa prática abala a relação pais e filhos, gerando sentimento de insegurança, hostilidade e dissimulações, além de criar uma dependência emocional em relação aos pais, juntamente com sentimento de angústia e inadequação. A disciplina relaxada se aplica quando constantemente os pais apresentam regras e ameaças, mas acabam não cumprindo com as regras estabelecidas, omitindo-se desse processo, ensinando para a criança que as regras não precisam ser cumpridas, favorecendo o surgimento de práticas delinquentes. Por fim, o abuso físico é marcado por uma série de práticas dos pais que constantemente machucam as crianças no intuito de contê-las ou puni-las, promovendo o desenvolvimento, na criança, de agressão, delinquência e comportamentos antissociais (Gomide, 2006).

Existem muitos estudos que relacionam as práticas educativas parentais ao desenvolvimento de comportamentos pró-sociais e antissociais na infância (Gomide et al. 2005; Gomide, 2006; Maia & Williams, 2005; Prust & Gomide, 2007; Sampaio & Gomide, 2007; Toni & Silves, 2013; Toni & Hacaveí, 2014). Estes demonstram que diferentes práticas positivas se relacionam ao desenvolvimento de habilidades como empatia, ações honestas, comportamento pró-social, alto rendimento acadêmico e comportamentos de saúde (Gomide, 2006; Prust & Gomide, 2007; Toni & Silves, 2013; Toni & Hacaveí, 2014). Por sua vez, as práticas negativas se relacionam com atitudes agressivas, insegurança, apatia, medo, práticas delinquentes e antissociais, estresse e depressão (Gomide et al. 2005; Gomide, 2006; Toni & Silves, 2013).

Assim, observa-se a existência de forte associação entre os Estilos Parentais e as práticas educativas e os comportamentos apresentados pela criança no decorrer do seu desenvolvimento, sendo que as diferentes práticas educativas parentais podem estar associadas a fatores de risco ou de

proteção na infância (Almeida, 2020; Patias et al., 2013; Weber et al., 2008). Dessa maneira, analisar se as práticas educativas serão protetivas ou de risco ao desenvolvimento é relevante, uma vez que contribuem com estratégias de prevenção e intervenção em contextos que demonstram vulnerabilidade (Patias et al., 2013).

É nesse contexto que a presente pesquisa se insere, propondo investigar quais práticas educativas maternas podem estar associadas e se correlacionar com as capacidades e dificuldades na infância, bem como se o estilo parental pode estar mais associado a capacidades e dificuldades em crianças.

Método

Participantes: 111 mães de crianças de 7 a 11 anos. A média de idade das mães foi de 38 anos. As participantes da pesquisa foram 61 mães de meninas e 54 mães de meninos. Tendo em vista que a pesquisa foi realizada em período pandêmico, a totalidade das crianças que participaram da pesquisa encontrava-se em exercício escolar domiciliar. Ainda, mais de 52% das mães relataram estar em período integral em casa.

Instrumentos

Inventário de Estilos Parentais – IEP (Gomide, 2006)

O IEP (Gomide, 2006) é constituído por sete escalas que avaliam cinco práticas educativas negativas (negligência, punição inconsistente, monitoria negativa, abuso físico e disciplina relaxada) e duas positivas (monitoria positiva e comportamento moral), cada uma delas com seis itens na escala Likert de três pontos, sendo 0 = nunca, 1 = às vezes e 2 = sempre. A criança avalia a frequência que seus pais ou cuidadores utilizam a prática descrita assinalando a escala. Porém, a versão utilizada na presente pesquisa é a que os próprios pais respondem sobre os seus comportamentos. O índice de cada prática educativa é calculado através da soma dos seis itens da escala e o índice de Estilo Parental se dá com o resultado da somatória dos

pontos obtidos nas escalas das práticas positivas, que são subtraídos do resultado da soma dos pontos das escalas das práticas negativas. O resultado dessa equação, quando negativo, informa a prevalência de práticas educativas negativas e, quando positivo, a prevalência de práticas positivas.

Strengths and Difficulties Questionnaire (SDQ)

Esse instrumento foi desenvolvido por Goodman (1997) e é um questionário que avalia as capacidades e dificuldades na infância, analisa de forma ampla o comportamento da criança e permite detectar problemas relacionados à saúde mental em crianças e adolescentes dos 3 aos 16 anos. Em sua tradução e adaptação para o Brasil, o SDQ é composto por 10 itens sobre capacidades, 14 itens sobre dificuldades e um item neutro, totalizando 25 itens. O instrumento possui três versões: a primeira pode ser respondida pela criança com mais de 11 anos; a outra pelos pais; a última pelos professores. A versão utilizada na coleta de dados da pesquisa foi a que os pais respondem sobre os comportamentos da criança.

O instrumento é dividido em cinco subescalas, cada uma delas com cinco afirmações, as quais podem ser respondidas como falsas (zero pontos), mais ou menos (um ponto) e verdadeiro (dois pontos), podendo somente escolher uma alternativa. As subescalas vão analisar sintomas emocionais (medo, preocupação excessiva, tristeza e desesperança), problemas de conduta (irritabilidade, agressividade e comportamento antissocial), hiperatividade (inquietação, distração e desatenção), problema de relacionamento com colegas (dificuldade em relação com outras pessoas) e comportamentos pró-sociais (saber cooperar, ajudar, compartilhar). Para cada subescala, a pontuação pode variar de 0 a 10, sendo que, para as dificuldades, quanto menor a pontuação, mais positivo o resultado é, ao contrário da escala pró-social, em que a pontuação maior é mais positiva.

Procedimentos

A pesquisa foi realizada de forma *on-line* devido às medidas sanitárias adotadas em virtude da pandemia do Covid-19.

Os participantes foram convidados a participarem da pesquisa por meio das plataformas de Redes Sociais (WhatsApp, Facebook, Instagram e *e-mail*) e foram direcionados através de um *link* para a plataforma Google Forms. A partir desse acesso, os participantes tiveram acesso a um questionário, composto pela instrução da pesquisa, seguido pelo Termo de Consentimento Informado. Após a leitura e aceitação do termo, o participante deveria confirmar sua concordância na participação da pesquisa selecionando o campo indicado. Após a devida confirmação, o participante era destinado a responder os questionários para a coleta de dados. Ao finalizar todos os instrumentos, o participante enviava seus dados, finalizando sua participação.

Análise de Dados

Os dados foram analisados de forma quantitativa a partir de estatísticas descritiva e inferencial pelo *software* SPSS 18.0 for Windows.

Questões éticas

O projeto seguiu todas as normativas vigentes, sendo aprovado pelo Comitê de Ética e Pesquisa da Unicentro (COMEP), parecer número 4.685.164.

Resultados

Buscando compreender se meninos e meninas apresentaram comportamentos semelhantes quanto a capacidades e dificuldades, as médias das escalas avaliadas pelo SDQ foram comparadas a partir do teste T de *Student*.

Tabela 1

Média nas escalas do SDQ da amostra geral, de meninos e meninas, e comparação estatística entre meninos e meninas

	Média Geral	Meninas		Meninos		t	p
		Média	Desvio padrão	Média	Desvio padrão		
Comportamento pró-social	8,53	8,72	1,21	8,41	1,52	1, 229	0, 222
Hiperatividade	4,08	3,43	2,46	4,72	2,52	- 2, 783	0, 006**
Sintomas emocionais	3,00	2,79	2,17	3,26	2,38	- 1, 111	0, 269
Problemas de relacionamento	1,67	1,51	1,68	1,76	1,91	- 0, 750	0, 455
Problemas de conduta	1,69	1,41	1,30	1,96	2,05	- 1, 741	0, 084

** relação significativa

Conforme pode ser observado na Tabela 1, a dificuldade mais relatada pelas mães foi a hiperatividade, evidenciada pela diferença estatisticamente significativa nessa dificuldade entre meninos e meninas ($t = - 2,783$; $p = 0,006^{**}$), sendo que os meninos apresentaram maior média. Em relação à comparação por idade, não se observou diferença estatística significativa nas escalas do SDQ.

Na Tabela 2, propuseram-se a correlação entre as práticas educativas parentais do IEP (monitoria positiva, comportamento moral, punição inconsistente, negligência, disciplina relaxada, monitoria negativa e abuso físico) e as variáveis do SDQ (comportamento pró-social, hiperatividade, sintomas emocionais, problemas de relacionamento com colegas e problemas de conduta) a partir do teste de Correlação de Pearson.

Tabela 2

Média da amostra geral nas práticas educativas e correlação entre práticas educativas parentais e capacidades e dificuldades na infância

	Média geral	Total de Dificuldades	Comportamento pró-social	Hiperatividade	Sintomas Emocionais	Problemas de relacionamento com colegas	Problemas de conduta
IEP	5,95	$r = - 0,577^{**}$ $p = 0,000$	$r = 0,322^{**}$ $p = 0,000$	$r = - 0,357^{**}$ $p = 0,000$	$r = - 0,443^{**}$ $p = 0,000$	$r = - 0,437^{**}$ $p = 0,000$	$r = - 0,581^{**}$ $p = 0,000$
Monitoria Positiva	10,96	$r = - 0,360^{**}$ $p = 0,000$	$r = 0,303^{**}$ $p = 0,001$	$r = - 0,243^{**}$ $p = 0,008$	$r = - 0,203^{*}$ $p = 0,030$	$r = - 0,247^{**}$ $p = 0,008$	$r = - 0,452^{**}$ $p = 0,000$
Comportamento Moral	10,27	$r = - 0,245^{**}$ $p = 0,008$	$r = 0,290^{**}$ $p = 0,002$	$r = - 0,192^{*}$ $p = 0,040$	$r = - 0,162$ $p = 0,083$	$r = - 0,119$ $p = 0,206$	$r = - 0,289^{**}$ $p = 0,002$
Punição Inconsistente	2,81	$r = 0,418^{**}$ $p = 0,000$	$r = - 0,186^{*}$ $p = 0,047$	$r = 0,214^{*}$ $p = 0,022$	$r = 0,387^{**}$ $p = 0,000$	$r = 0,304^{**}$ $p = 0,001$	$r = 0,413^{**}$ $p = 0,000$
Negligência	2,46	$r = 0,428^{**}$ $p = 0,000$	$r = - 0,177$ $p = 0,059$	$r = 0,232^{*}$ $p = 0,012$	$r = 0,359^{**}$ $p = 0,000$	$r = 0,345^{**}$ $p = 0,000$	$r = 0,418^{**}$ $p = 0,000$
Disciplina Relaxada	2,32	$r = 0,419^{**}$ $p = 0,000$	$r = - 0,172$ $p = 0,066$	$r = 0,253^{**}$ $p = 0,006$	$r = 0,331^{**}$ $p = 0,000$	$r = 0,329^{**}$ $p = 0,000$	$r = 0,406^{**}$ $p = 0,000$
Monitoria Negativa	6,36	$r = 0,126$ $p = 0,181$	$r = - 0,042$ $p = 0,656$	$r = 0,082$ $p = 0,384$	$r = 0,55$ $p = 0,559$	$r = 0,186^{*}$ $p = 0,046$	$r = 0,080$ $p = 0,395$
Abuso Físico	1,33	$r = 0,440^{**}$ $p = 0,000$	$r = - 0,233^{*}$ $p = 0,012$	$r = 0,299^{**}$ $p = 0,001$	$r = 0,351^{**}$ $p = 0,000$	$r = 0,296^{**}$ $p = 0,001$	$r = 0,426^{**}$ $p = 0,000$

A Tabela 2 demonstra que as mães relataram alta frequência de práticas educativas positivas. Entre as práticas negativas, destaca-se a alta frequência da monitoria negativa. É possível perceber ainda que os valores do IEP se correlacionam com escores positivos em relação a comportamentos pró-sociais ($r = 0,322^{**}$; $p = 0,000$) e escores negativos em relação a hiperatividade ($r = - 0,357^{**}$; $p = 0,000$), sintomas emocionais ($r = - 0,443^{**}$; $p = 0,000$), problemas de relacionamento com colegas ($r = - 0,437^{**}$; $p = 0,000$) e problemas de conduta ($r = - 0,581^{**}$; $p = 0,000$), indicando que quanto maior a pontuação do IEP, maior capacidade e menor índice de dificuldades.

As práticas educativas de monitoria positiva e comportamento moral apresentaram correlação positiva com os comportamentos pró-sociais e correlação negativa com as dificuldades, indicando que, quanto mais as mães utilizam as práticas positivas, maiores serão as capacidades da criança e menores as dificuldades. Além disso, a punição inconsistente, a negligência, a disciplina relaxada e o abuso físico tiveram grande correlação com as dificuldades, especificamente com os problemas de comportamento.

Ainda, na Tabela 3, procurou-se demonstrar como a média da pontuação do SDQ varia em função do nível de risco das práticas educativas maternas, avaliadas a partir da média do IEP. A avaliação do nível de risco é proposta por Gomide (2006), que categoriza os estilos parentais em IEP de risco, IEP médio e alto IEP. A partir do teste H de Kruskal-Wallis, método não paramétrico que compara se duas ou mais amostras independentes são iguais ou diferentes do ponto de vista estatístico, observou-se que mães com melhores práticas educativas, que compõem os grupos de média e alta pontuação do IEP, têm crianças com menores índices de problemas de comportamento e maior pró-sociabilidade.

Tabela 3

Médias nas escalas do SDQ da amostra geral e comparação das variáveis em relação à categorização do estilo parental materno

	IEP						Comparação	
	Risco		Média		Alto		H	p
	Média	Desvio padrão	Média	Desvio padrão	Média	Desvio padrão		
Comportamento pró-social	7,81	1,80	8,39	1,18	9,15	1,08	15,14	0,001***
Hiperatividade	5,48	2,44	4,30	2,24	3,13	2,60	11,97	0,003**
Sintomas emocionais	4,29	2,55	3,51	2,30	1,94	1,59	18,60	0,000***
Problemas de relacionamento	3,00	1,97	1,58	1,73	0,96	1,38	20,09	0,000***
Problemas de conduta	3,38	2,10	1,77	1,47	0,81	1,03	27,74	0,000***

Destaca-se que, em todas as escalas do SDQ, observou-se diferenças estatisticamente significativas entre as crianças com mães categorizadas em Estilo Parental de Risco, Médio e Alto.

Buscando verificar se as práticas educativas poderiam ser consideradas preditoras das capacidades e dificuldades na infância, procedeu-se a uma análise de regressão linear multivariada. Foram usadas as sete variáveis do IEP como possíveis preditoras de capacidades e dificuldades na infância indicadas pelo SDQ. Como a Tabela 4 indica, apenas uma variável do SDQ teve apenas uma das práticas educativas como preditoras, enquanto as outras tiveram mais de uma prática com alto índice de determinação. Esses dados demonstram que um conjunto de práticas educativas parentais são preditoras dos comportamentos. Como exemplo, os sintomas emocionais, que possuem como variáveis preditoras a punição inconsistente, a negligência e o abuso físico, o maior coeficiente do beta padronizado, que indica ter maior contribuição, foi a punição inconsistente.

Tabela 4

Modelo de regressão entre as variáveis do IEP e do SDQ

Variável Dependente (SDQ)	R ²	F	gl	p	Variáveis predictoras (IEP)	Beta padronizado	p
Comportamento pró-social	0,126	8,041	2	0,001	Monitoria positiva	0,303	0,001
					Comportamento moral	0,201	0,040
Hiperatividade	0,089	11,055	1	0,001	Abuso físico	0,299	0,001
Sintomas emocionais	0,234	19,945	3	0,000	Punição inconsistente	0,387	0,000
					Negligência	0,244	0,009
					Abuso físico	0,208	0,028
Problema de relacionamento	0,169	11,419	2	0,000	Negligência	0,345	0,000
					Abuso físico	0,231	0,010
Problema de conduta	0,355	20,397	3	0,000	Monitoria positiva	- 0,452	0,000
					Abuso físico	0,325	0,000
					Negligência	0,252	0,003

Os resultados indicam que o coeficiente de determinação (R²) variou de 0,089 a 0,355, indicando que as variáveis predictoras (IEP) explicam de 8% a 35% da variância total das variáveis dependentes (SDQ).

Discussão

Esse estudo foi realizado durante o período pandêmico em decorrência da Covid-19. O distanciamento social que acometeu toda a população mundial mudou toda a rotina e meios de socialização dos indivíduos. Levando isso em consideração, estudos indicam que as mães passaram a ficar muito mais tempo com os filhos, em especial devido ao *home office* e ao ensino a distância, adotados como medidas de segurança. Com isso, passaram a ter ainda mais influência sobre seus filhos e possivelmente sobre o desenvolvimento de capacidades e dificuldades, intensificando assim a necessidade de uma investigação mais extensa dessa relação (UNICEF, 2022; Ministério da Saúde & Fundação Oswaldo Cruz [Fiocruz], 2020).

Os resultados deste estudo indicaram que meninos e meninas apresentam diferenças estatisticamente significativas apenas na dificuldade hiperatividade, onde os meninos tiveram maiores escores. Esse dado já foi observado em outros estudos (Bibou-Nakou et al., 2002; Lindsay & Dockrell, 2000; Stivanin et al., 2008). Segundo estudo de Rovaris e Bolsoni-Silva (2020), que buscou analisar as variáveis que influenciam as práticas educativas parentais, em relação à diferenciação pelo sexo, observou-se que as mães tendiam a ter mais práticas negativas com meninos, o que poderia estar ligado a um maior índice de problemas de comportamento relatado em meninos. Tendo em vista que os comportamentos externalizantes são mais perceptíveis aos pais do que os internalizantes, e que a hiperatividade é descrita também por agitação psicomotora, isso ajudaria a explicar o dado encontrado. Ainda, uma pesquisa que se propôs a analisar a clientela infantil de uma clínica-escola percebeu que o maior encaminhamento é de meninos entre sete a nove anos, com queixas principalmente de comportamentos externalizantes (Merg, 2008).

A partir das análises dos resultados sobre a relação das práticas educativas, foi possível constatar que a maioria dessas estão ligadas às capacidades e às dificuldades apontadas pelo SDQ. Os resultados da pesquisa indicam que, quanto maior a pontuação das mães no IEP, maiores são as capacidades apresentadas pela criança e menor o índice de dificuldades, o que já era indicado pela literatura (Gomide et al., 2005; Salvo et al., 2005; Bolsoni-Silva & Loureiro, 2019; Cia et al., 2006; Alvarenga et al., 2012; Bolsoni-Silva et al., 2010; Rovaris & Bolsoni-Silva, 2020; Marin et al., 2012).

Isso se explica pelo fato de que os pais que apresentam monitoria positiva e comportamento moral estão mais disponíveis e atentos às atividades dos filhos, demonstram afeto e carinho, transmitem valores, fazem discriminação de certo e errado, a partir de um modelo positivo (Gomide et al., 2005; Gomide, 2006). É importante que os cuidadores ajudem as crianças a refletirem sobre os seus comportamentos, ensinando habilidades como se colocar no lugar do outro e a reparar seus atos, permitindo, dessa maneira, desenvolver empatia e comportamento moral (Gomide, 2004; Prust & Gomide, 2007).

Os resultados dos testes de correlação e de predição também indicam que essas práticas positivas estariam relacionadas com comportamentos pró-sociais da criança, como cooperar, ajudar e compartilhar. Outros estudos (Bolsoni-Silva & Loureiro, 2019; Almeida, 2020) já indicam que a relação dos pais de maneira afetiva, como brincar, acompanhar tarefas e conversar sobre diferentes temas, dá a elas um modelo de comportamento social habilidoso. Além disso, essa atitude dos cuidadores auxilia na discriminação de padrões de interação e servem como modelo de conduta, pois, ao aprender com eles habilidades sociais, permite entender e conseguir lidar com as demandas e regras em diferentes contextos. Os pais que estabelecem diálogos abertos ajudam os filhos a aprender a se comunicar, e esses diálogos se ampliam a outros núcleos de relações, favorecendo o desenvolvimento de relações saudáveis em seus diferentes contextos (Almeida, 2020; Prust & Gomide, 2007).

Dessa forma, Cia et al. (2006) demonstram que a comunicação dos cuidadores com os filhos está correlacionada com o repertório social habilidoso da criança, o qual facilita o envolvimento e comprometimento em seu contexto social, mesmo quando não lhe é especificamente dirigida. Esses dados reafirmam que a contribuição dos cuidadores é fundamental como modelo de desempenho. Outras pesquisas (Salvo et al., 2005; Fonseca et al., 2021; Marin et al., 2012; Sabbag, 2017) também caminham na mesma direção, ao demonstrarem que os pais com maior práticas positivas têm filhos com comportamentos de disponibilidade social e

cooperação e competências sociais, tendo em vista que na relação pais-filhos criam oportunidades de diálogo, compreensão dos sentimentos dos outros e suas opiniões.

Os resultados também apontaram que a presença de práticas educativas parentais negativas esteve associada com um aumento nos problemas de comportamentos das crianças (Gomide et al., 2005; Salvo et al., 2005; Bolsoni-Silva & Loureiro, 2019; Cia et al., 2006; Alvarenga et al., 2012; Bolsoni-Silva et al., 2010; Rovaris & Bolsoni-Silva, 2020; Marin et al., 2012). Os resultados indicaram que as práticas mais associadas às dificuldades na infância são a punição inconsistente, a disciplina relaxada e o abuso físico. Dessa forma, os dados indicam que essas práticas negativas são preditoras de comportamentos que levam a medo, preocupações excessivas, desesperança, irritabilidade, agressividade, inquietação, distração, desatenção e dificuldade em se relacionar com outras pessoas, segundo os itens analisados pelo SDQ.

As dificuldades de comportamento na infância podem ser transitórias, bem como compreendidas como naturais, quando têm baixa intensidade e frequência (Papalia et al., 2013). Porém, a depender da forma como os cuidadores lidam com esses comportamentos, principalmente quando adotam práticas de punição inconsistentes e de disciplina relaxada, tendem a aumentar a probabilidade de a criança emitir comportamentos externalizantes quando contrariadas. Assim, a forma como os pais consequenciam e modulam o comportamento da criança pode contribuir para o desenvolvimento de comportamentos inadequados, agressivos e opostos (Szelbracikowski & Dessen, 2007; Schavarem & Toni, 2019; Salvo et al., 2005, Marin et al., 2012).

Diante desse contexto, os cuidadores tendem a gritar e a bater como tentativa de conter os comportamentos inadequados, recorrendo ao abuso físico. Essas estratégias geram um afastamento na relação entre pais e filhos e ressentimentos, contribuindo para uma baixa autoestima, baixa autoconfiança e pouca flexibilidade comportamental frente a situações desafiadoras (Bolsoni-Silva et al., 2009; Bolsoni-Silva et al., 2010; Sabbag, 2017;

Szelbracikowski & Dessen 2007). Além disso, segundo Alvarenga et al. (2012), a punição física mobiliza emocionalmente a criança de uma forma intensa, desfavorecendo a regulação emocional e contribuindo para um aumento do medo e da raiva. Além disso, esses danos podem interferir nas relações sociais futuras que as crianças podem ter, dificultando a evolução da pró-sociabilidade (Bolsoni-Silva et al., 2009; Bolsoni-Silva et al., 2010; Sabbag, 2017), como demonstrado nos resultados da presente pesquisa.

Segundo Gomide et al. (2005), as práticas negativas tendem a ser estressoras na infância e ao se deparar com situações de tensão frequentes, a criança ainda não tem capacidade para lidar com tais demandas, utilizando os adultos ao seu redor como referência. As práticas que são muito punitivas geram algumas consequências que podem ser graves para o desenvolvimento infantil, causando perturbações emocionais e cognitivas que dificultam a compreensão social (Sabbag, 2017; Marin et al., 2012). Podem ainda contribuir para o desenvolvimento de depressão, ansiedade e outros distúrbios internalizantes e externalizantes e contribuir para uma maior probabilidade de isolamento e timidez (Salvo et al., 2005; Bolsoni-Silva et al., 2009; Bolsoni-Silva et al., 2010; Sabbag, 2017; Marin et al., 2012).

A partir dos dados encontrados, observou-se que as mães tendem a utilizar práticas de abuso físico e as crianças com mães com IEP de risco apresentaram maiores médias em todas as dificuldades de comportamento. Além disso, essa prática apresentou correlações significativas com a hiperatividade, sintomas emocionais e problemas no relacionamento com os colegas. Segundo Marin et al. (2012), essa imposição de poder e as estratégias punitivas — que procuram desenvolver uma obediência absoluta — adotadas pelos pais, contribui para que as crianças se sintam ansiosas, com medo e frustradas. Ainda, segundo Salvo et al. (2005), gera apatia e desinteresse, pois a criança abusada fisicamente não consegue distinguir o certo do errado, sendo ela própria atingida e não o seu comportamento, ficando sem ação, como uma forma de evitar a surra.

Os dados encontrados na pesquisa também indicaram que a punição inconsistente e a disciplina relaxada são preditoras de dificuldades, principalmente referentes a sintomas emocionais, problemas de relacionamento com colegas e problemas de conduta. Tendo em vista que essas práticas criam um ambiente familiar instável, podem levar a criança a desenvolver sintomas de depressão, ansiedade e outros problemas internalizantes e externalizantes, como uma forma de fuga e esquiva (Salvo et al., 2005).

É importante destacar que as práticas educativas negativas e as dificuldades apresentadas pelas crianças podem virar um ciclo que culmina cada vez mais em práticas negativas mais severas e um sentimento de inadequação. Quando os pais utilizam essas práticas, favorecem a desregulação emocional e o surgimento da agressividade, oposição e comportamentos impulsivos, levando os cuidadores a se sentirem mais desanimados e irritados, o que mais uma vez contribui para utilização de práticas desfavoráveis na tentativa de conter tais comportamentos (Bordin et al., 2009). Assim, uma das hipóteses levantadas a partir dos dados encontrados é que as práticas que mais se destacaram nesta pesquisa, a saber: a disciplina relaxada, a punição inconsistente e o abuso físico, estão relacionadas, de maneira que uma pode levar à outra e contribuir para o surgimento e manutenção dos problemas de comportamento. Esse ponto pode ter sido ainda intensificado pelo período pandêmico e maior tempo de contato entre crianças e suas mães, juntamente com os estressores, que, devido à pandemia, agravaram os conflitos e as práticas de violência em muitos lares, conforme apontam estudos recentes do Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef, 2022).

Considerações Finais

As hipóteses iniciais de que as práticas educativas parentais seriam preditoras de capacidades e dificuldades na infância foram apoiadas. De modo geral, quanto maior a frequência de práticas positivas, maior é a presença de capacidades, e quanto maior a frequência de práticas negativas — em especial

punição inconsistente, disciplina relaxada e abuso físico —, maiores são as dificuldades.

Porém, um limitador do estudo é que os resultados foram construídos a partir de instrumentos de autorrelato, isto é, uma medida indireta do comportamento. Sendo assim, seria interessante que pesquisas futuras possam utilizar outros informantes, como as próprias crianças e uso de observação direta de comportamentos e relação pais e filhos, para que seja possível confirmar os resultados iniciais observados nesta pesquisa.

Um fator importante a ser considerado é que a pesquisa foi realizada durante a pandemia do Covid-19, contexto em que a maioria dos pais estava trabalhando de maneira híbrida ou *home office* e as crianças estavam em período integral em casa por conta do fechamento de escolas e creches, seguindo as normas de distanciamento social. Assim, entende-se que tanto os pais quanto as crianças estavam constantemente dentro de casa e sem contato social, sendo necessário conciliar o trabalho com as rotinas de cuidado da casa e das crianças, inclusive das atividades da escola e aula *on-line*. Assim, há a hipótese de que todos esses fatores possam ter contribuído para um maior estresse parental e das crianças, o que pode levar ao aumento de problemas de comportamento e de práticas educativas negativas, onde um influencia o outro e colabora com a manutenção. Ainda não foram produzidos muitos trabalhos a respeito dos impactos da pandemia, principalmente na relação entre cuidadores e as crianças, a fim de que se possa observar quais foram os reais impactos nessa relação. Dessa forma, tal fator pode ter influenciado um maior aparecimento de práticas negativas parentais e maior índice de dificuldade nos dados obtidos, entendendo que são necessárias mais pesquisas nessa área para compreender o contexto.

Além disso, o objetivo inicial era de que a pesquisa fosse realizada com pais e mães. Entretanto, os dados foram enviados em grupos de pais de algumas instituições escolares e foram obtidas respostas de mães somente, sendo um percentual muito baixo das figuras masculinas. Dessa forma, a pesquisa foi realizada apenas com mães. Esse dado pode mostrar a maior participação dessas na educação dos filhos,

partindo de uma cultura onde esses cuidados são frequentes e colocados como responsabilidade das mulheres, com uma participação mais baixa dos homens. A partir disso, sugere-se que estudos futuros investiguem o impacto dos cuidados que ocorrem em grande parte pelas mães no desenvolvimento da criança, além de também buscar ampliar o escopo e avaliar as práticas educativas paternas.

Por fim, este estudo pretende contribuir para a prevenção em saúde mental das crianças e com a sua socialização em diferentes contextos. Assim, os dados obtidos demonstram a necessidade de desenvolver projetos de intervenção para pais, contribuindo para uma melhor relação pais e filhos e assim agir como fatores de proteção no desenvolvimento infantil.

Referências

- Almeida, A. C. (2020). *A comunicação e as práticas parentais na interação com os filhos* [Dissertação de Mestrado, Universidade Estadual do Amazonas].
- Alvarenga, P., Magalhães, M. D. O., & Gomes, Q. D. S. (2012). Relações entre práticas educativas maternas e problemas de externalização em pré-escolares. *Estudos de Psicologia*, 29(1), 33-42.
- Assumpção, T. M., & Coêlho, B. M. (2014). Prevenção de transtornos mentais na infância e na adolescência. In B. M. Coêlho, J. G. Pereira; T. M. Assumpção; G. L. Santana. *Psiquiatria da infância e da adolescência: guia para iniciantes* (pp. 133-147). Sinopsys.
- Batista, A. P. (2013). *Construção e análise de parâmetros psicométricos do inventário de estilos de liderança de professores* [Tese Doutorado, Universidade Federal do Paraná].
- Bibou-Nakou, I., Kiosseoglou, G., & Stogiannidou, A. (2002). Strengths and difficulties of school-aged children in the family and school context. *Psychology: The Journal of the Hellenic Psychological Society*, 8(4), 506-525.
- Bolsoni-Silva, A. T., & Loureiro, S. R. (2019). Práticas parentais: conjugalidade, depressão materna, comportamento das crianças e variáveis demográficas. *Psico-USF*, 24(1), 69-83.

- Bolsoni-Silva, A. T., Paiva, M. M., & Barbosa, C. G. (2009). Problemas de comportamento de crianças/adolescentes e dificuldades de pais/cuidadores: um estudo de categorização. *Psicologia Clínica, 21*(1), 169-184.
- Bolsoni-Silva, A. T., Marturano, E. M., Barbosa, C. G., Paiva, M. M., Costa, N. L., & Santos, L. C. (2010). Práticas parentais e repertório infantil: caracterização da demanda por atendimento e previsão de abandono. *Aletheia, (32)*, 121-133.
- Bordin, I. A., Duarte, C. S., Peres, C. A., Nascimento, R., Curto, B. M., & Paula, C. S. (2009). Severe physical punishment: risk of mental health problems for poor urban children in Brazil. *Bulletin World Health Organization, 87*(5), 336-344.
- Cia, F., Pamplin, R. C. D. O., & Del Prette, Z. A. P. (2006). Comunicação e participação pais-filhos: correlação com habilidades sociais e problemas de comportamento dos filhos. *Paidéia, 16*(35), 395-406.
- Ferrioli, S. H. T., Marturano, E. M., & Puntel, L. P. (2007). Contexto familiar e problemas de saúde mental infantil no Programa Saúde da Família. *Revista de Saúde Pública, 41*(2), 251-259.
- Ministério da Saúde, & Fundação Oswaldo Cruz. (2020). *Saúde mental e atenção psicossocial na pandemia Covid-19: criança na pandemia Covid-19*. Fiocruz. Recuperado em 19 de março de 2022, de https://www.fiocruzbrasil.br/fiocruz.br/wp-content/uploads/2020/05/crianc%CC%A7as_pandemia.pdf
- Fonseca, B. C. R., Bolsoni-Silva, A. T., & Ebner, L. M. (2021). Práticas educativas de genitores e professores e repertório comportamental infantil. *Gerais: Revista Interinstitucional de Psicologia, 14*(1), 1-27.
- Gomide, P. I. C. (2004). *Pais presentes, pais ausentes*. Vozes.
- Gomide, P. I. C., Salvo, C. G. D., Pinheiro, D. P. N., & Sabbag, G. M. (2005). Correlação entre práticas educativas, depressão, estresse e habilidades sociais. *Psico-USF, 10*(2), 169-178.
- Gomide, P. I. C. (2006). *Inventário de estilos parentais: modelo teórico, manual de aplicação, apuração e interpretação*. Vozes.
- Goodman, R. (1997). The strengths and difficulties questionnaire: a research note. *J. Child Psychol. Psychiat., 38*(5), 581-586.
- Hoffman, M. L. (2010). Empathy and prosocial behavior. In: M. Lewis, J. M. Haviland-Jones, & L. F. Barrett (Orgs.). *Handbook of Emotions* (pp. 440-455). Guilford.
- Ignachewski, C. L., Batista, A. P., Toni, C. G. de S., & Pavoski, G. T. T. (2019). Capacidades e dificuldades socioemocionais de crianças antes e após a participação no método FRIENDS. *Revista Psicologia e Saúde, 11*(3), 111-123.
- Lindsay, G., & Dockrell, J. (2000). The behavior and self-esteem of children with specific speech and language difficulties. *British Journal of Educational Psychology, 70*(4), 583-601.
- Lourenço, M. S. D. G., Matsukura, T. S., & Cid, M. F. B. (2020). A saúde mental infantojuvenil sob a ótica de gestores da atenção básica à saúde: possibilidades e desafios. *Cadernos Brasileiros de Terapia Ocupacional, 28*(3), 809-828.
- Maia, J. M. D., & de Albuquerque Williams, L. C. (2005). Fatores de risco e fatores de proteção ao desenvolvimento infantil: uma revisão da área. *Temas em psicologia, 13*(2), 91-103.
- Marin, A. H., Piccinini, C. A., Gonçalves, T. R., & Tudge, J. R. (2012). Práticas educativas parentais, problemas de comportamento e competência social de crianças em idade pré-escolar. *Estudos de Psicologia, 17*(1), 05-13.
- Merg, M. M. G. (2008). *Características da clientela infantil em clínicas-escola* [Dissertação de Mestrado, Faculdade de Psicologia da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul].
- Moura, D. P. F. D. (2020). *Comportamentos antissociais na infância: proposta e avaliação do Programa Aprendendo sobre Filhos* [Tese de Doutorado, Universidade Federal do Ceará].
- Papalia, D. E., Feldman, R. D., & Martorell, G. (2013). *Desenvolvimento humano*. AMGH.
- Patias, N. D., Siqueira, A. C., & Dias, A. C. G. (2013). Práticas educativas e intervenção com pais: a educação como proteção ao desenvolvimento dos filhos. *Mudanças – Psicologia da Saúde, 21*(1), 29-40.

- Prust, L. W., & Gomide, P. I. C. (2007). Relação entre comportamento moral dos pais e dos filhos adolescentes. *Estudos de Psicologia*, 24(01), 53-60.
- Reppold, C. T., Pacheco, J., Bardagi, M., & Hutz, C. (2002). Prevenção de problemas de comportamento e desenvolvimento de competências psicossociais em crianças e adolescentes: uma análise das práticas educativas e dos estilos parentais. In: C. S. Hutz (Org.), *Situações de risco e vulnerabilidade na infância e na adolescência: aspectos teóricos e estratégias de intervenção* (pp. 7-51). Casa do Psicólogo.
- Rovaris, J. A., & Bolsoni-Silva, A. T. (2020). Práticas educativas maternas y repertorio de comportamiento infantil: un estudio de comparación y predicción. *Revista de Psicología (PUCP)*, 38(1), 243-273.
- Sabbag, G. M. (2017). *Práticas educativas maternas e comportamento pró-social infantil*. [Tese de Doutorado, Universidade Federal de Santa Catarina].
- Salvo, C. G. D., Silveiras, E. F. D. M., & Toni, P. M. D. (2005). Práticas educativas como forma de predição de problemas de comportamento e competência social. *Estudos de Psicologia*, 22(2), 187-195.
- Sampaio, I. T. A., & Gomide, P. I. C. (2017). Inventário de estilos parentais (IEP) – Gomide (2006) percurso de padronização e normatização. *Psicologia Argumento*, 25(48), 15-26.
- Sapienza, G., & Pedromônico, M. R. M. (2005). Risco, proteção e resiliência no desenvolvimento da criança e do adolescente. *Psicologia em Estudo*, 10(2), 209-216.
- Saud, L. F., & Tonelotto, J. M. D. F. (2005). Comportamento social na escola: diferenças entre gêneros e séries. *Psicologia Escolar e Educacional*, 9(1), 47-57.
- Schavarem, L. D. N., & Toni, C. G. D. S. (2019). A relação entre as práticas educativas parentais e a autoestima da criança. *Pensando Famílias*, 23(2), 147-161.
- Stivanin, L., Scheuer, C. I., & Assumpção Jr., F. B. (2008). SDQ (Strengths and Difficulties Questionnaire): identificação de características comportamentais de crianças leitoras. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 24(4), 407-413.
- Szelbracikowski, A. C., & Dessen, M. A. (2007). Problemas de comportamento exteriorizado e as relações familiares: revisão de literatura. *Psicologia em estudo*, 12(1), 33-40.
- Toni, C. G. D. S., & de Matos Silveiras, E. F. (2013). Práticas educativas parentais e comportamentos de saúde e risco na adolescência: um modelo preditivo. *Psicologia Argumento*, 31(74), 457-471.
- Toni, C. G. D. S., & Hecaveí, V. A. (2014). Relações entre práticas educativas parentais e rendimento acadêmico em crianças. *Psico-USF*, 19(3), 511-521.
- Unicef. (2020, 28 maio). *Crianças e adolescentes estão mais expostos à violência doméstica durante a pandemia*. <https://www.unicef.org/brazil/comunicados-de-imprensa/criancas-e-adolescentes-estao-mais-expostos-a-violencia-domestica-durante-pandemia>
- Weber, L. (2007). *Eduque com carinho: equilíbrio entre amor e limites*. Juruá.
- Weber, L. N. D., Prado, P. M.; SALVADOS, A. P. V.; BRANDENBURG, O. J. (2008). Construção e confiabilidade das escalas de qualidade na interação familiar. *Psicologia Argumento*, 26(52), 55-65.